

Editorial

O volume quarto, número dois do ano de 2010 da Revista Virtual Direito Brasil, pretende compartilhar com a comunidade acadêmica, uma coletânea de textos que apresenta uma análise científica de variados temas atuais da sociedade contemporânea. Dentre eles, destaca-se A Reconstrução do Conceito de Cidadania numa Perspectiva Pós-Nacional; A Ação Popular como Instrumento de Defesa do Meio Ambiente Natural; A Pessoa Jurídica e o Meio Ambiente: um panorama legal sobre a situação brasileira; Homens e Mulheres: A Isonomia Conquistada; e Privilégios ao Longo da História e o Princípio da Legalidade.

No primeiro texto o Prof^a Danilo Vieira Vilela apresenta um estudo sobre as drásticas transformações ocorridas no contexto internacional, sobretudo após o fim da Guerra Fria mostrando que elas despertaram dúvidas acerca da real importância da nacionalidade como pressuposto para o exercício dos direitos decorrentes da cidadania no século XXI, sendo que dessas indagações surgiu a necessidade de se reavaliar a estrutura do Estado Moderno em um contexto de globalizações.

Assim, o presente artigo visa evidenciar os múltiplos fatores que interferiram na definição clássica dos elementos do Estado Moderno, a começar pela flexibilização do conceito de soberania, que direta e indiretamente repercutiu na amplitude daquilo que deva ser entendido por território e povo, permitindo, assim, a reconstrução do conceito de cidadania numa perspectiva pós-nacional.

Na última parte do trabalho o autor aponta as conseqüências de uma nova compreensão do conceito de cidadania e as tendências para uma nova Era pós-nacional, bem como os obstáculos ainda existentes que impedem que tais tendências sejam apontadas como verdades absolutas em um mundo em constante e interminável mutação.

O segundo texto A Filosofia da Petição Inicial – Uma Análise mais do que Jurídica de sua Realidade no Processo Civil Contemporâneo, de autoria do Prof. Fabio Marques Ferreira Santos aborda um tema desafiador, qual seja, sobre a filosofia da petição inicial para os advogados, entre quais se inclui o autor, com honra e amor pela carreira apaixonante. Diz o Prof. Fábio que quando fala em “saber”, precisa ser mais bem compreendido, pois defende um saber

enciclopédico. Afirmado que dentro desse hiato de tempo existencial por certo não saberemos tudo, mas é possível saber muito sem se limitar à especialidade do nada. Ressalta que apenas temos uma vida, mas dentro dessa poderemos renascer várias vezes, basta que tenhamos vontade, pois o homem é o único senhor do seu destino.

No terceiro artigo o Prof. Fernando Silveira Melo Plentz Miranda trata sobre A Ação Popular como Instrumento de Defesa no Meio Ambiente Natural, dizendo que a Constituição Federal disciplina alguns remédios constitucionais que podem ser utilizados em defesa dos direitos e garantias fundamentais, dentre eles, a ação popular. Explica que este remédio constitucional pode ser utilizado como veículo processual para salvaguardar direitos próprios ou alheios, inclusive os difusos e coletivos, dentre eles, a defesa do meio ambiente natural. Apresenta os conceitos de aplicabilidade da ação popular, como forma de exercício da cidadania, objetivando a defesa do meio ambiente natural.

Na seqüência a Profa. Maria Bernadete Miranda apresenta A Pessoa Jurídica e o Meio Ambiente: um panorama legal sobre a situação brasileira, trabalho apresentado no VII Simpósio Internacional de Ciências Integradas da Unaerp, Guarujá. O presente estudo teve por objetivo uma pesquisa sobre a pessoa jurídica e o meio ambiente, apresentando um panorama legal sobre a situação brasileira. Ressalta a professora que a responsabilidade da pessoa jurídica no Direito Ambiental passou por muitas adaptações, pois a indagação surgia quanto à possibilidade de se atribuir responsabilidade criminal à essa pessoa. No término de seu trabalho afirma que hoje a responsabilidade da pessoa jurídica no Direito Ambiental encontra amparo na Constituição Federal, Carta Magna em nossa legislação, que não faz diferenças entre a pessoa jurídica e a física, habilitando a jurídica como ente capaz de cometer delitos.

A Profa. Maria Bernadete Miranda apresenta também o artigo intitulado Homens e Mulheres - A Isonomia Conquistada, trabalho integrante do Concurso "Igualdade de Gênero", promovido pelo CNPQ no ano de 2010. O objetivo da pesquisa foi um estudo sobre a evolução histórica da situação jurídica e social da mulher na legislação brasileira, especificamente no que tange a isonomia conquistada entre homens e mulheres de que trata a Constituição Federal de 1988 e o Código Civil de 2002. Abordou a condição da mulher ao longo dos anos na sociedade enfocando suas conquistas e superações. Conclui que a mulher

conquistou um importante espaço, ao lado do homem. Dizendo que a maior revolução do século foi a das mulheres, ao lado dos fortes condicionamentos criados pela urbanização e industrialização do país. Hoje, a mulher trabalha pela integração na era tecnológica e globalizante.

Por fim, salienta que os esforços pela consolidação do regime democrático e o poder dos meios de comunicação mostram as formas de uma nova era, cuja marca indelegável é a revolução do *status* da mulher e a isonomia conquistada entre homens e mulheres.

O Prof. Maurício Gomes apresenta o artigo Privilégios ao Longo da História e o Princípio da Igualdade, dizendo que os privilégios podem ser observados nas mais remotas sociedades e continuam evidentes nas atuais. Sempre com o suporte de validade fornecido pelo direito positivo, seja para dar regalias aos membros de grupos dominantes ou para promover políticas de igualdade. Conclui o seu trabalho dizendo que a existência dos privilégios no ordenamento jurídico não é exclusividade de qualquer sociedade, seja ela antiga, média, ou contemporânea; democrática ou autoritária; primitiva ou evoluída, mas sim que se trata de um fenômeno próprio da criação humana e de seu egoísmo.

As Palestras proferidas pela Prof^a Maria Bernadete Miranda, são slides de apresentações no *power point* em forma de aulas, sobre diversos temas. Dentre eles, vale destacar A Pessoa Jurídica e o Meio Ambiente; Casamento; Direito de Família; Aspectos Relevantes do Direito do Consumidor; e Dia do Trabalho: 1º de Maio.

Além dos artigos e palestras esta coletânea apresenta Ensaio de autoria da Prof^a Maria Bernadete Miranda e de convidados, tais como: Viva às Nações Unidas: a mulher em destaque no cenário internacional, de autoria da aluna da Universidade de Sorocaba, Greiciane de Oliveira Sanches; Prisão Civil em Título Extrajudicial escrito pelo Prof. Leonardo D'Angelo Vargas Pereira; Comentários ao Projeto de Lei nº 281/2005 – Empresa Cidadã, da Profa. Maria Bernadete Miranda; Empregador versus Justiça do Trabalho, do Dr. Mário Paiva; e Da sentença estrangeira e sua homologação no território nacional, escrito pelo Bacharel em Direito pela Fac São Roque, Maurício Góes.

Alunos da Pós-graduação da Faculdade de Direito de Itu – Faditu sob a orientação da Profa. Maria Bernadete Miranda, apresentam artigos relacionados a diferentes pesquisas. O aluno Marcelo Cordeiro de Lima escreve sobre o Protesto

de títulos Extra Judiciais, com ênfase voltada para relações empresariais, suas características, conseqüências jurídicas natureza, constituição, etc.

A aluna Verônica Barbosa da Costa aborda o tema Duplicata Escritural: Título Emitido Através dos Caracteres do Computador, dizendo que o presente trabalho, não tem a intenção de exaurir o assunto, e que buscará enfatizar a necessidade do surgimento de um novo conceito nos dias atuais no que diz respeito às duplicatas escriturais, um dos títulos emitidos através dos caracteres do computador, onde se faz aparente sua evolução diante do comportamento dinâmico encontrado no mundo dos negócios.

A coletânea apresenta os resultados das pesquisas científicas realizadas pela Prof^a Maria Bernadete Miranda, juntamente com colegas e alunos do curso da graduação e da pós-graduação que, nesta parceria, legitimam a relevância dos movimentos de integração acadêmica para o desenvolvimento científico.

Prof^a Msc.Maria Bernadete Miranda